

Prefeitura Municipal

INACIOLÂNDIA -GO



**1º TERMO DE ADITAMENTO AO
CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 016/2023 – FMS**

TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO 016/2023 - FMS, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE INACIOLÂNDIA-GO E A EMPRESA POSTO PRATÃO LTDA.

DAS CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, por interveniência do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - INACIOLÂNDIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 11.474.036/0001-23, com sede na Rua Alvino Silveira de Oliveira nº 93-A, Bairro Dinomar Ribeiro, neste ato, representado pelo seu Gestor, **PAULO CESAR SISDELLI**, brasileiro, inscrito no CPF: 108.628.088-12, RG: 176138791 2ªVIA SSP/SP, residente e domiciliado na rua José Goes, nº 35, bairro José Inácio, na cidade de Inaciolândia, Estado de Goiás, denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **POSTO PRATÃO LTDA**, sediada à Rod. BR 153, KM 109, Bairro Edna, na cidade de Prata - MG, inscrita no CNPJ/MF nº 20.736.252/0001-90, neste ato representado pelo seu proprietário o Sr.: Gilmar Mantelli, residente e domiciliado na cidade do Prata - MG, portador do CPF nº 031.938.768-28, doravante designada como **CONTRATADA**, que formalizam e firmam entre si o presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2023 - FMS**, concernente ao Processo Administrativo nº 2023005049, Ato de dispensa de licitação nº 021/2023 de 14 de abril de 2023.

As partes acima nominadas e qualificadas ajustam por este e na melhor forma em direito permitida o presente **TERMO ADITIVO** ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Prefeitura Municipal de Inaciolândia /Go
Pç. Ulisses Guimarães s/n. B. José Aparecido - 75.950-000
Fone: 64 3435-8000 / 8000 - Inaciolândia/Go

Prefeitura Municipal

INACIOLÂNDIA -GO



Cláusula Primeira – Da Fundamentação Jurídica

1.1. O presente termo aditivo reger-se-á pelas disposições constantes no Art. 124, inciso II, alínea d, da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021, “para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.”

Cláusula Segunda - Do Objeto

2.1. O presente termo tem como objetivo é o aditivo de valor do contrato acima citado com o objeto: Contratação de empresa para fornecimento de combustíveis próximo aos municípios de Barretos e Jales estado de São Paulo, para dar suporte aos veículos do Fundo Municipal de Saúde - FMS, tudo conforme termo de referência, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula Terceira - Do Valor e Dotação Orçamentaria;

3.1. O valor original do Contrato de Fornecimento nº 016/2023 - FMS, vigente nesta data é de **R\$ 57.161,60 (cinquenta e sete mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos)** conforme a tabela abaixo:

TIPO DE COMBUSTIVEL	QUANT.	VALOR ESTIMADO	TOTAL
Gasolina	5.000	R\$ 5,59	R\$ 27.950,00
Diesel S-500	800	R\$ 5,49	R\$ 4.392,00
Diesel S-10	4.440	R\$ 5,59	R\$ 24.819,60
Total Geral			R\$ 57.161,60

3.2. O valor total a ser aditivado é de **R\$ 57.161,60 (cinquenta e sete mil, cento e sessenta e um reais e sessenta centavos)**, que serão pagos pela rubrica orçamentaria abaixo:

Dotação:

05.0501.10.122.2052.2050 - 339030 – FONTE: 102.

Prefeitura Municipal de Inaciolândia /Go
Pç. Ulisses Guimarães s/n. B. José Aparecido - 75 550-000
Fone: 64 3435-8000 / 8000 - Inaciolândia/Go

Cláusula Quarta – Da Vigência;


4.1. O presente contrato vigorará iniciando-se na data da sua assinatura, com vigência para o dia 31 de dezembro de 2024 e ainda mediante Termo Aditivo, admitida sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo nos Termos dos Artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/2021, em sendo o caso, mediante Termo Aditivo e por mútuo interesse das partes.


Clausula Quinta - Da Inalterabilidade

5.1. Ficam inalteradas todas as demais cláusulas dos referidos contratos, mantendo as mesmas condições do contrato original e seus aditivos até hoje.

E por estarem justos e pactuados, firmam o presente em três vias de igual teor e forma, assinando as partes juntamente com duas testemunhas idôneas e capazes escolhida para este fim.


Inaciolândia, (GO), aos 20 de dezembro de 2023.


PAULO CESAR SISDELLI
Gestor do FMS
Contratante


POSTO PRATÃO LTDA.
CNPJ: 20.736.252/0001-90
Contratado

Testemunhas:

1) 
Nome: _____
CPF: 425.926.041-00

2) 
Nome: _____
CPF: 943.047.421-91

JUSTIFICATIVA

Este termo de aditivo ao Contrato nº 016/2023 - FMS decorre:

- a) Da continuidade administrativa é um dos objetivos a serem perseguidos pela Administração Pública;
- b) Da necessidade do fornecimento do item contratado com o objeto do Contrato Primitivo ser contínua, interrompê-lo pode causar prejuízo para a Administração Pública e aos Municípios;
- c) Da necessidade de abastecimento dos veículos para atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.
- d) Do interesse público da necessidade administrativa e da vantagem para Administração Pública que está contratando nas mesmas condições previstas no Contrato, o que importa em economia e atende ao princípio da economicidade em dar prosseguimento ao Contrato nos mesmos termos;

Nos termos de sua atual redação, o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, que institui normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, exige uma interpretação que, de um lado ponha às claras todo o seu potencial de utilização e, de outro, que discuta as dúvidas levantadas por alguns de seus interpretes. A isso nos propomos neste termo cujo objetivo é essencial e prático a sua prorrogação, considerando que a Lei nº 14.133/21, dispõe esse mandamento que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. Em texto corrido, estes são os dispositivos da Lei Federal das licitações e contratos da Administração Pública, cuja análise nos termos propostos pretendemos levar a cabo, conforme preconiza os artigos supracitados.

Destarte, não há porque de não se aditivar o contrato em comento, para até 31 de dezembro de 2024.

Gabinete do Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Inaciolândia, aos 20 de dezembro de 2023.


PAULO CESAR SISDELLI
Gestor do FMS